



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Teorias sociais e Serviço Social: análise sobre a condição do Serviço Social na Região Metropolitana de Belém/PA

Social theories and Social Service: analysis on the condition of Social Service in the Metropolitan Region of Belém/PA

**Olga Myrlla Tabaranã
Silva¹**

orcid.org/0000-0001-9254-3384
olgamyrlas@gmail.com

Recebido em: 16 out. 2022.

Aprovado em: 30 jul. 2023.

Publicado em: 07 nov. 2023.

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre os processos de incorporação teórica na conjuntura profissional do Serviço Social e suas consequências na formação e atuação contemporâneas. Bem como, refletir estratégias de valorização da intenção de ruptura diante da tradição conservadora em que a profissão foi gestada. Para isso, utilizamos referencial bibliográfico e material empírico de dados coletados na última pesquisa do Grupo de Estudos em Serviço Social, Formação Profissional e Política Social (GEPSS/UFPA), do qual fazemos parte. As falas que ilustram nossa análise advêm de entrevistas semiestruturadas com profissionais formados sob a égide das novas Diretrizes Curriculares na Universidade Federal do Pará e em universidades particulares presenciais e a distância. Concluímos este artigo com a definição de que o neoconservadorismo ou a pós-modernidade tem influências significativas em nossa formação, mas que não ultrapassam a necessidade de conhecimento e valorização da intenção de ruptura. Isso indica a urgência em negritar este debate antagônico no âmbito profissional para fortalecer a profissão que, historicamente, se posiciona de forma crítica.

Palavras-chave: serviço social; teorias sociais; neoconservadorismo; pós-modernidade.

Abstract: The objective of this article is to reflect on the processes of theoretical incorporation in the professional environment of Social Work and its consequences in contemporary training and performance. As well as reflecting on strategies for valuing the intention to break with the conservative tradition in which the profession was created. For this, we used bibliographic reference and empirical material from data collected in the last research of the Group of Studies in Social Work, Professional Formation and Social Policy (GEPSS/UFPA), of which we are part. The lines that illustrate our analysis come from semi-structured interviews with professionals trained under the aegis of the new Curriculum Guidelines at UFPA and at private universities both on-site and at a distance. We conclude this article with the definition that neoconservatism or postmodernity has significant influences on our formation, but that do not go beyond the need for knowledge and appreciation of the intention of rupture. This indicates the urgency of highlighting this antagonistic debate in the professional sphere in order to strengthen the profession, which has historically taken a critical position.

Keywords: social service; social theories; neoconservatism; postmodernity.

Introdução

Este artigo foi produzido com o objetivo de articular os debates teóricos e históricos no Serviço Social com os resultados de pesquisas que realizamos desde 2012, enquanto membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Formação Profissional e Política Social (GEPSS/UFPA), uma vez que, diante dos direcionamentos de pesquisas



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

que o grupo vem fazendo, o Serviço Social em seus âmbitos de formação e atuação profissional tem sido prioridade nas análises. Diante dessas questões, além de organizarmos este artigo com as fundamentações teóricas pertinentes, utilizamos também extratos de falas coletadas na última pesquisa realizada pelo grupo como forma de manifestação empírica da realidade.

As falas utilizadas foram coletadas, sistematizadas, debatidas e analisadas pelo Grupo. Para utilizá-las, possuímos autorização explícita para contextos relacionados a atividades científicas. É importante ressaltar que o relatório de tal pesquisa já foi apresentado e aprovado no colegiado da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Assim, este artigo está organizado em dois itens: no primeiro tratamos sobre as reflexões condizentes a construção dos referenciais teóricos que circundam o Serviço Social; e, no segundo, apresentamos como este referencial foi sendo incorporado na profissão, em seu sentido histórico, e analisamos tal debate teórico em relação às falas extraídas do trabalho de campo da pesquisa do GEPSS.

1 Teorias sociais e seus constructos históricos

Ao tratar sobre as aproximações teóricas dos assistentes sociais, não podemos deixar de reportar ao processo de construção de uma lógica de pensamento adequada nas Ciências Sociais e que, no Brasil, tem sua maior expressão nos debates a partir dos anos 1970, contrária a toda e qualquer forma de expressão de esquerda, ocupando lugar estratégico na "batalha das ideias" referenciada por Coutinho (2010), proveniente do irracionalismo, articulando-se com o movimento da pós-modernidade ou neoconservadorismo.

A este movimento Coutinho (2010) refere que se trata de um momento específico e importante das Ciências Sociais onde as defesas de uma sociedade aparentemente segura foram sendo abandonadas em detrimento do irracionalismo cultural, científico e teórico.

Em vez da 'cientificidade' estruturalista, propunha-se um humanismo ideológico, subjetivista e retórico; contra um 'racionalismo' formalista, limitado e objetivamente agnóstico, defendia-se uma 'imaginação' intuitiva, irracionalista e anticientífica [...] (Coutinho, 2010, p. 16).

O irracionalismo e o racionalismo são expressões contrapostas do processo ideológico de revolução burguesa. A burguesia, quando alcança o poder hegemônico da sociedade ocidental, passa a não aceitar a razão dialética, a historicidade, a objetividade e a riqueza humanista da *práxis*. Isso, valorizando o movimento irracionalista, subjetivista, agnóstico e pragmático, também conhecido por Lukács (2010) como apologético, remetendo-se à justificativa do capitalismo e não aceitação do movimento revolucionário.

A constituição da razão moderna é um processo imbricado na profunda socialização da sociedade que é comportada pela ordem burguesa: é o desenvolvimento do capitalismo que, engendrando os fenômenos característicos da industrialização e da urbanização e reclamando saberes necessários a um crescente controle da natureza, instaura o patamar histórico-social no qual é possível apreender a especificidade do ser social. Com efeito, é apenas na ordem burguesa, com o acelerado "recuo das barreiras naturais" – como Marx e Engels referiram-se a este processo –, que "é possível reconhecer na sociedade a realidade", com o homem podendo revelar-se "ser social" (Lukács, 1965:40). É somente no terreno das formações histórico-sociais embasadas no capitalismo que a produção e a reprodução da vida social podem aparecer aos homens como o resultado das suas relações com a natureza e consigo mesmos o defende, também, ser possível, apenas em tais formações, a emergência das teorias especificamente sociais (Netto, 1994, p. 31).

Coutinho (2010) afirma que a filosofia burguesa, marcada na história do conhecimento científico do Renascimento, a Hegel é eminentemente progressista, porém, após 1848 ele abandona as principais categorias revolucionárias do pensamento que defende o humanismo, o historicismo e a razão dialética, uma vez que estas categorias são as expressões de contradição da sociedade burguesa. Para Lukács (2010), o irracionalismo nasce como resposta reacionária à luta de classes, ou seja, ideologicamente, torna-se funcional à ordem burguesa através

da necessidade de justificativa da ordem e por meio da tentativa de igualar métodos de análise da sociedade com os métodos de análise das ciências naturais.

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (Coutinho, 2010, p. 22).

Ou seja, a dominação ideológica, política e teórica da burguesia conservadora torna-se contrária ao método que defende a historicidade dos processos subjetivos a partir de sua totalidade histórica e contraditória. Este momento é denominado como “[...] Decadência ideológica da burguesia. Esta tem início quando a burguesia já domina o poder político e a luta de classes entre ela e proletariado e coloca no centro do cenário histórico” (Lukács, 2010, p. 51). O período de ascensão da decadência ideológica traz consequências perigosas, conforme Lukács (2010), para a análise social.

El desarrollo y creciente difusión de la ideología irracionalista en el Occidente pondría en evidencia, entonces, el proceso de la efectiva destrucción de la razón que estuvo realizada en la organización social burguesa en el momento de la madurez del capitalismo a principios del siglo XIX y que, en los ciento cincuenta años transcurridos desde entonces, se habría ido desintegrando bajo la acción de sus contradicciones internas (Torreti, 1960, p. 390).

O irracionalismo se apresenta, então, com uma estratégia madura do capitalismo para desenvolver suas facetas mais variadas com aceitação social e mais uma forma de superação de suas crises cíclicas por meio da difusão pseudocientífica de sua justificativa ideológica. Assim, no século das luzes, difundiu-se a clara distinção nas Ciências Sociais entre a defesa da razão trazida pela valorização dos métodos científicos e sua “[...] compreensão do modo de ser e reproduzir-se do ser social enquanto gestador de totalidades complexas e dinâmicas, com legalidades e

estruturas particularizadas historicamente. [...]” (Netto, 1994, p. 35) *versus* a irrazão própria do absolutismo, pautada na conservação e no não questionamento da realidade vivenciada.

Iniciemos pela nova ciência da época da decadência: a sociologia. Ela surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa lugar a dúvidas. Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu a investigação das reais conexões causais na vida social por análises formalistas e por vazios raciocínios analógicos (Lukács, 2010, p. 64).

A crítica de Lukács (2010) a este movimento pauta-se também na extrema especialização das Ciências Sociais e em sua segregação da noção de totalidade, o que torna a Sociologia uma “ciência a parte” da realidade social econômica, com o objetivo de negligenciar o debate sobre a associação da divisão de classes ao capitalismo e, conseqüentemente, à desigualdade causada por este modelo de sociedade. O marxismo, por sua vez, é excluído do processo e reconhecimento da Sociologia, uma vez que essa passa a desenvolver métodos apologéticos e formalistas que nada mais revelam do que o vazio racional. A decadência, afirma Lukács (2010), insere uma divisão entre os problemas analisados pelas Ciências Sociais, o que torna estas análises artificiais, pseudocientíficas e pseudometodológicas. Para este autor, a sociologia passou a ocupar uma função sem conteúdo e sem levar em consideração as leis da vida social; com igualdade formal entre todos os fenômenos sociais e equivalência entre as formas históricas.

A razão dos valores modernos das ciências revolucionárias pautava-se prioritariamente nas categorias do humanismo, que defende a ideia de que o homem é produto de sua história coletiva, no historicismo em defesa do caráter ontológico e histórico da realidade e na razão dialética pautada

na valorização da contraditoriedade da realidade social para aprofundar o conhecimento sobre a análise que se pretende fazer. (Coutinho, 2010).

Assim, a tradição crítica das Ciências Sociais, que parte do pensamento de Hegel, afirma Coutinho (2010), valoriza seu caráter progressista na medida em que este revela os antagonismos que a Burguesia se comprometeu no processo de transição histórica do feudalismo ao capitalismo.

A filosofia a época clássica era uma forma de conhecimento aberta para a elaboração de um saber verdadeiro, desantropomorfizador, científico, ainda que não estivesse inteiramente liberta de deformações ideológicas. Embora fosse na época uma classe progressista, a burguesia funda objetivamente um regime de exploração e é limitada pelas formas de divisão do trabalho que esse regime introduz na vida social. Por isso, ao mesmo tempo em que elabora um conhecimento objetivo de aspectos essenciais da realidade, tende a deformar ideologicamente várias categorias desse processo (Coutinho, 2010, p. 29).

Este ideário evolui no objetivo de tirar as vendas do conhecimento sobre o mundo, porém, só avança e dá credibilidade ao que será favorável ao desenvolvimento do capitalismo. Nas Ciências em geral, há nítida diferenciação entre as sociais e as naturais na medida em que uma mostra a negação e a contradição histórica do novo modelo social e a outra sustenta seus mecanismos de dominação.

Podemos concentrar essas novas formas de objetividade em torno de dois núcleos. Em primeiro lugar, o capitalismo destruiu a divisão feudal do trabalho, pondo fim a separação entre homens livres e servo da gleba; a nova divisão do trabalho exige a transformação o servo da gleba em trabalhador "livre", o que representa objetivamente uma ampliação da liberdade humana, da unificação do gênero humano, com a dissolução da subordinação do indivíduo aos limites previamente traçados pelo estamento feudal. Em segundo lugar, o desenvolvimento da indústria – mesmo em sua fase manufatureira – traz consigo uma intensa generalização da socialização do trabalho; em vez do trabalho individual, artesanal e autárquico, a nova organização laborativa requer uma cooperação não apenas no interior da fábrica singular, mas também uma integração orgânica dos vários ramos da produção; com isso, torna-se muito mais evidente a natureza da sociedade como totalidade orgânica. Essa crescente socialização encontra outro apoio na criação pelo capitalismo de um mercado

mundial, sobre cuja base erige-se agora uma cultura universal. Surge, pela primeira vez, a possibilidade de compreender o real a partir da perspectiva de uma humanidade objetivamente unificada, ou, como diria Kant, de tratar "a história universal de um ponto de vista cosmopolita". A nova objetividade capitalista, desse modo, permite elevar a conceito aquilo que antes só existia como virtualidade, ou seja, a realidade da humanidade como totalidade concreta de complexos teleológico (fundados no trabalho e em suas objetivações), cujo movimento depende de leis racionais (Coutinho, 2010, p. 32-33).

É importante ressaltar que, historicamente, a modernidade representa mudanças drásticas não apenas na forma de interpretar, conhecer e analisar o mundo. Ela manifesta mudanças nos padrões de conhecimentos, cultura, religião e formas de vida em geral (estética). Sabe-se que, o marco temporal de reconhecimento deste período é a revolução burguesa em contraposição ao absolutismo e suas formas de "escravização" humana através da aceitação irrestrita de dogmas da Igreja Católica, a limitação do conhecimento da realidade aos padrões aceitos pela Igreja, o enraizamento e as limitações das formas de viver e pensar.

A situação mais desfavorável é aquela que encontramos nas ciências sociais. Aqui é imenso o peso das tradições apoloéticas é imensa a sensibilidade ideológica da burguesia. Por conseguinte, uma vez que se atinja uma profunda compreensão das reais contradições da vida, uma ruptura imediata e radical com a própria classe é, neste caso, praticamente inevitável. Todo trabalho sério e verdadeiramente científico no campo das ciências sociais, que transcenda a coleta e o agrupamento de material novo, deve chocar-se imediatamente contra esses limites. A aberta adesão ao materialismo filosófico; o reconhecimento da teoria da mais-valia, com todas suas implicações, em economia; uma concepção da história que veja na luta de classes a força motriz do desenvolvimento e no capitalismo uma forma social transitória etc. – tudo isto conduz a uma ruptura imediata e radical com a burguesia. Dado que a seleção ocorre aqui de acordo com um princípio moral extraordinariamente rigoroso, não é de surpreender que até mesmo os melhores representantes da ideologia burguesa capitulem diante das diversas tradições apoloéticas e se limitem a uma originalidade exterior na expressão do pensamento ou a um simples acúmulo de material (Lukács, 2010, p. 72).

A burguesia, ao se contrapor ao movimento do absolutismo, afirma seu objetivo de libertar o pensamento e a vivência das pessoas, a possibilidade de unir povos em objetivos comuns e a liberdade de crescimento social e econômico individuais. Tudo através de uma nova organização do trabalho aparentemente "livre", porém com uma nova divisão social, a divisão do trabalho. A partir da tentativa de justificar esta nova forma de divisão social baseada no trabalho "livre" é que se desenvolve o irracionalismo, ou filosofia da decadência (Coutinho, 2010), pautando-se na visão imediatista, centrada na aparência e mistificadora da realidade.

É exatamente por se limitar à apreensão imediata da realidade em vez de elaborar as categorias a partir de sua essência econômica, que o pensamento da decadência serve ideologicamente aos interesses da burguesia. Pois, ao assim proceder, aceita a positividade capitalista, sujeitando-se aos limites espontaneamente impostos pela economia de mercado, que fetichiza as relações humanas. Essa sujeição revela-se, em primeiro lugar, na aceitação acrítica da alienação entre vida pública e vida privada, entre subjetividade individual e objetividade social, gerada pela economia de mercado; com isso, os dois momentos (que são unidos, embora contraditoriamente, na essência das coisas) são transformados em fetiches falsamente autonomizados. E, em segundo lugar, a referida sujeição aparece na aceitação igualmente acrítica da rígida especialização das atividades humanas exigida pela divisão capitalista do trabalho (Coutinho, 2010, p. 39-40).

A racionalidade defendida pelas "filosofias imediatistas" torna as relações humanas dissolvidas nas práticas burocráticas, empobrecendo as análises, tornando-as manipuláveis, apresentando a *práxis* como uma atividade meramente técnica e aprofundando as justificativas da "Miséria da razão" de acordo com Coutinho (2010). Assim, esta forma de pensar o mundo é funcional ao desenvolvimento do capital. Por isso, a necessidade de analisar a realidade de forma positiva, para justificá-la.

Auguste Comte, o primeiro grande representante desse empobrecimento da razão admite e exalta a natureza espontânea e, portanto, imediatista – do positivismo que defende [...] A racionalidade é imitada àquilo que o sujeito considera racional [...]. Concretamente, isso

significa substituir a pesquisa da essência ontológica do real pela reprodução imediata da aparência (Coutinho, 2010, p. 53).

A defesa desta forma de visualizar a realidade através de uma ótica positiva é suprimida de profundidade, de reconhecimento das contradições inerentes à história e de avaliação das particularidades. Através da filosofia da decadência defende-se a naturalização do destino dos homens relacionados à sua natureza ontológica: o trabalho e sua alienação. Para esta forma de ciência, o direito de proventos integrais quanto à remuneração advinda do trabalho é uma utopia irrealizável (Lukács, 2010).

[...] suprimindo-se a contradição numa homogeneidade formalista [...]. Quando uma contradição aparece, isso é prova de que análise não foi levada suficientemente longe e que certas características distintivas passaram despercebidas. Ora o preço dessa redução do diverso ao idêntico, do variável ao constante, do contraditório ao homogêneo, é exatamente a extrema formalização do real e da racionalidade, o abandono à irratão dos problemas conteudísticos, ou seja, da gênese histórica e do sentido humano dos processos analisados (Coutinho, 2010, p. 54).

Por isso, deve-se refletir sobre as diferenciações de análises, baseadas em ideologias próprias que cumprem funções sociais. A conhecida como irracionalismo, miséria da razão ou filosofia da decadência, defende a diminuição das contradições, da heterogeneidade das realidades e da história do que se pretende analisar. É a "expressão filosófica da barbárie" (Lukács, 2010, p. 68). Por isso, sua defesa apresenta um problema para as teorias que pretendem avaliar a essência da realidade e que, fundamentam a atuação do assistente social.

[...] este imediatismo e mantém preso à mistificação decadente e fetichizada da atual vida capitalista, ela se torna um trampolim para o vazio e pretensioso afastamento da literatura com relação à vida, para o esvaziamento do conteúdo literário: a literatura se transforma num campo de experiências formalistas (Lukács, 2010, p. 82).

O conteúdo desta defesa ideológica, política e metodológica adensa a bestialidade, a ideali-

zação, a apologia ao capital e a superficialidade (Lukács, 2010). Essas definições trazem à luz um importante debate sobre as diferenciações entre a Teoria Tradicional das Ciências Sociais (Sociologia) e a Teoria Social Crítica (Marxismo) na medida em que, a partir da divisão de métodos, há a ruptura com a tradição sociológica e o afastamento do Marxismo enquanto teoria social e metodologicamente própria.

Para Horkheimer (1975) a modernidade defende a emancipação humana e somente é possível através da Teoria Social Crítica, uma vez que a razão liberta o homem de suas amarras, mas que esta vem sendo prejudicada pelo obstancurantismo da razão instrumental, ou razão irracional. Ou seja, a função da razão é emancipar a humanidade, mas se ela não for devidamente esclarecida, tornar-se-á uma amarra ao desenvolvimento do pensamento, postura e conduta emancipatórios.

Horkheimer (1975) defende, ainda, que as Ciências Sociais formulam princípios de gabinete, muito diferentes da Teoria Social Crítica que se aproxima da realidade histórica dos sujeitos para fazer suas avaliações. Uma vez que "Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria ao material não é apenas um processo intracientífico, mas também um processo social" (Horkheimer, 1975, p. 130). O que quer dizer que toda teoria científica tem impactos sociais propriamente determinados e ligados à concepção de mundo que se pretende alcançar.

Para a Sociologia em geral, "A totalidade do mundo perceptível, tal como existe para o membro da sociedade burguesa [...] dentro da concepção tradicional do mundo, é para seu sujeito uma sinopse de facticidades; esse mundo existe e deve ser aceito [...]" (Horkheimer, 1975, p. 133). O que quer dizer que na análise social a partir da ótica da Teoria Tradicional a realidade deve ser aceita de forma inquestionável, pois aparece da forma como ela é factualmente.

Para a Teoria Social Crítica somente é possível articular a emancipação enquanto papel da ciência: se o indivíduo for afastado da ordem escravizadora que o aprisiona; criticar o positivismo enquanto naturalização da ordem; e articular

a ciência aos processos sociais históricos, com fundamentação de dados da realidade, reconhecendo que a teoria é uma construção social, é movimento, é temporariamente resolvida, deve ser voltada para transformação e, por isso, constrói a *práxis* (Horkheimer, 1975).

Compreendemos, no Serviço Social pós-reconceituação, que devemos interpretar a realidade a partir da totalidade em que ele se insere nos movimentos históricos e concretos da sociedade, reconhecendo não apenas as suas particularidades, mas como essa se articula com as determinações histórico-concretas e como elas são mediadas na reprodução das relações sociais concretamente determinadas. Para Netto (1994),

[...] trata-se de examinar, na totalidade sócio-histórica que é a ordem burguesa, as totalidades ontologicamente mais complexas – e, depois da verificação fática da sua gravitação, as mais determinantes do movimento (produção e reprodução) do ser social (Netto, 1994, p. 38).

O desenvolvimento do irracionalismo atinge a toda realidade histórica social, as ciências em geral, conseqüentemente as profissões. No Serviço Social tona-se preocupante na medida em que tenta desvalorizar as conquistas alcançadas no horizonte profissional com a intenção de ruptura preconizando os direcionamentos abaixo:

Não há no horizonte perscrutável, nenhuma indicação de que essa polaridade antiética esteja por esgotar a sua reserva reiterativa; ao contrário, tudo sugere que o movimento da ordem burguesa continuará repondo a exigência de compensar/complementar a miséria da razão com a destruição da razão. [...] Neste final de século XX, assiste-se privilegiadamente ao mesmo e conhecido filme: o epistemologismo da razão analítica, a sua negação ontológica da totalidade concreta e o seu agnosticismo social, que remete aos extremos de relativismo, conjugam-se como neo-irracionalismo, que constrói ontologias miticizantes, mistifica a totalidade concreta no holismo e/ou amesquinha em proveito do simulacro e do fragmento (Netto, 1994, p. 41).

Percebemos que, para Netto (1994), o processo de reconstituição das teorias irracionalistas anuncia a destituição da razão trazendo às Ciências Sociais em geral o desenvolvimento e a valorização de análises epistemológicas,

agnósticas, relativistas, misticizantes, fragmentadas e superficiais. "O desdobramento disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e conseqüente negação do sujeito)" (Santos, 2007, p. 86). Acreditamos que isto afeta diretamente a perspectiva crítica na profissão e contribui para a valorização do debate acríptico que justifica as ações apolíticas, antiéticas e extremamente burocratizadas e institucionalizadas que vemos em muitos posicionamentos profissionais na atualidade.

[...] conjunto de determinadas atitudes culturais [...] cultura e a política ou um movimento intelectual que se sustenta numa referência crítica ao legado da modernidade, particularmente, do iluminismo [...] a pós-modernidade opera a negação performática do programa de emancipação racional do gênero humano, herdado do século XIX, e que havia sido, até a primeira metade do século XX, fonte e inspiração da luta democrática e socialista (Silveira Junior, 2016, p. 170).

Em Santos (2007) encontramos uma base histórica para o desenvolvimento da pós-modernidade, enquanto processo gestado na irracionalidade da miséria da razão, diante do contraste existente no modelo de produção. Ela se gesta, principalmente, na contradição entre os modelos fordistas e toyotistas de produção, momento crucial para o desenvolvimento do capital financeiro ou especulativo, desregulamentação dos Estados Nacionais e novas formas de organização e, conseqüentemente, precarização do trabalho. Seu objetivo é angariar o consenso entre as classes e, para isso, se utiliza do enfraquecimento de todas as formas de resistência como os sindicatos, a academia e os movimentos sociais.

[...] o atual padrão mundial de acumulação reduz a oferta de empregos produtivos e valoriza a competição, estimula a incidência entre os trabalhadores de preconceitos sociais, religiosos, étnicos [...] fascismo, racismo, messianismo e chauvinismo [...] extermínio dos antagonistas e/ou diferentes [...] (Santos, 2007, p. 22).

No Brasil, a conjuntura trazida pela pós-modernidade instaura um contexto bastante preocupante: clientelismo, neoliberalismo, movimentos

antidemocráticos, acumulação flexível, autoritarismo, conversão de intelectuais que se diziam marxistas, ditadura do executivo, ideologia da estabilidade. Este cenário favorece a difusão do vazio ideológico que a pós-modernidade traz consigo (Santos, 2007).

Dai em diante, a tendência cultural em tela irrompe com ímpeto nos domínios do saber (principalmente na querela sobre a epistemologia das ciências); invade manifestações estéticas (em especial na arquitetura, artes plásticas e literatura); contagia práticas e ciências políticas (as concepções sobre as formas de organização dos sujeitos coletivos, os novos movimentos sociopolíticos, a diluição das experiências classistas, etc.) (Silveira Junior, 2016, p. 170).

Este processo que tenta desmistificar e diminuir a razão moderna em detrimento da perspectiva do fragmento é analisado por Wood (1999) como uma forma de pensamento que influencia a cultura baseada no individualismo que, por sua vez, defende que as promessas da modernidade não foram cumpridas; que a liberdade propagada não se concretizou, que o liberalismo e o socialismo entram em colapso e servem como forma de defesa de ditaduras e repressão da população.

Para Wood (1999) a promessa de prosperidade defendida pela revolução burguesa nada mais foi do que uma representante do momento de crise e de insuficiência do período histórico conhecido como modernidade. Reconhece que muitos objetivos desse momento foram essenciais para a realidade que temos hoje, dentre eles, a racionalização da vida e o desenvolvimento científico e tecnológico.

O processo de construção e desenvolvimento da pós-modernidade, após a Segunda Guerra Mundial, faz fornecer o bem-estar por meio do consumismo, essencial para o desenvolvimento capitalista, o que diminuiu, de acordo com Wood (1999), o poder da classe operária enquanto organização. Nesse mesmo contexto, desenvolve-se o pós-modernismo como uma ideologia apologetica (Lukács, 2010) à nova fase do capitalismo onde predominava o consumo e a valorização estética das formas de ser do ser social burguês.

A pós-modernidade defende que histórica-

mente a modernidade e tudo o que ela trouxe em termos da teoria social crítica, está superado. Defende, também, que há o fim histórico da modernidade, valorizando as análises fragmentadas, fundamentadas apenas na linguagem, no discurso, na manifestação do comportamento, de forma unitária e desconexa de qualquer relação material para manifestar o conhecimento. "[...] possível nas áreas do discurso, dos signos ou da textualidade. A liberdade do texto ou da língua viriam para compensar a falta de liberdade do sistema como um todo" (Eagleton, 1999, p. 28). Ou seja, para a pós-modernidade, somente é possível obter conhecimento na medida em que se compreende unitariamente o discurso e o comportamento das pessoas. A prática social relativa e superficial define a realidade.

Mas, no mínimo, o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento "totalizante" e de valores "universalistas" – incluindo as concepções ocidentais de "racionalidade", ideias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a "diferença": identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e "conhecimentos" particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos (Wood, 1999, p. 12).

A pós-modernidade repudia as "histórias grandiosas", valoriza as identidades, o "self humano", o ceticismo e o derrotismo político. É o discurso pós-moderno que fundamenta as práticas profissionais antiéticas e apolíticas, que não cansam de afirmar que "na prática a teoria é outra", que toda a análise crítica do Serviço Social é determinista, economicista. Wood (1999) é assertiva em afirmar que os pós-modernos são insensíveis à história porque, para eles, ela não revela nada além do que a vivência cotidiana pode oferecer.

A grande adesão a visões inseguras, desenvolvimento do medo, da competição, do individualismo exacerbado, livros de autoajuda e fanatismo religioso são consequências dessa forma de visualizar o mundo. Elas trazem consigo, única e exclusivamente, o objetivo de naturalizar o capital e suas consequências (Santos, 2007).

O que a burguesia tenta apagar são as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está prenhe de possibilidades, de movimentos e negatividade. Nesse sentido nada mais oportuno que o resgate de Marx e Engels realizado por Berman (1997): "Tudo que é sólido se desmancha no ar" (Santos, 2007, p. 34).

Para a pós-modernidade, a totalidade e a universalidade são escravizantes, "camisas de força" para uma análise padronizada que tenta igualar os processos sociais a nada mais nada menos do que "simplesmente" a economia. Retomam a defesa irracionalista de que a Sociologia deve ser desconexa da economia, como uma ciência autônoma que tem como ponto de partida os fenômenos sociais de forma isolada do restante das análises, de uma forma bem positivista de pensar.

[...] o pós-modernismo foi gerado por uma repulsa política. [...] está envolvida com elas em seu núcleo [...] naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura imutável [...] tende ainda a render-se a um ceticismo politicamente paralisante, a um populismo vistoso, a um relativismo moral bem desenvolvido [...] arbitrárias [...] adequar às do mundo livre [...] se deixou sem chão também [...] (Eagleton, 1999, p. 30).

Outra característica desta ideologia que, por sua vez, fundamenta muitas teorias, é o pessimismo político, uma vez que não aprofunda suas análises e, assim, rejeita as compreensões dos sistemas que provocam a opressão. "[...] Em análise final, a "pós-modernidade" para os intelectuais pós-modernistas não é, aparentemente, um momento histórico, mas a condição humana em si da qual não há escapatória. [...]" (Wood, 1999, p. 16).

Nega sempre a possibilidade de escrever o mundo como é e, com a mesma frequência, descobre-se fazendo isso. Transborda de preceitos morais universais – é preferível o pluralismo ao isolacionismo, a diferença a identidade, o outro ao igual – e denuncia todo universalismo como opressivo. [...] e vê o sujeito humano como nada mais que o efeito determinado de forças culturais (Eagleton, 1999, p. 31).

Apesar de o discurso pós-moderno ter, nitidamente, um conteúdo ideologicamente formulado

para defender os interesses de classe, sem que se identifique a contradição, é comum verificar nestes as semelhanças de preocupações científicas com causas sociais legítimas que tangenciam a mistificação de credibilidade e, por executar o "jogo" das palavras, ganham adeptos diante da proximidade de análises superficiais do cotidiano.

A pós-modernidade se apresenta como uma evolução incontrolável do conhecimento. Diante dessa afirmação já visualizamos características conservadoras, uma vez que, evitam o questionamento. A pós-modernidade defende que o marxismo é opressor, e que o comunismo é totalizante, ou seja, não permitem debates, diferenciações nos pensamentos e, diante disso, legitimam o capitalismo "[...] o capitalismo vem se tornando universal, aceito de forma tão complexa como algo natural que está se tornando invencível [...]" (Wood, 1999, p. 21).

Este modelo é contra qualquer tipo de subversão, não acredita na possibilidade de ultrapassar o sistema. Defende "[...] a necessidade em virtude ao louvar o ser humano difuso, descentrado, esquizoide: um sujeito que talvez não estivesse suficientemente "completo" para derrubar uma pilha de latas, quanto mais o Estado" (Eagleton, 1999, p. 27). É intencionalmente defensor do ser humano apático, satisfeito, que não tem nenhuma intenção de pensar e/ou questionar sua condição social de classe – para o pós-modernismo o debate de classe é ultrapassado.

2 O Serviço Social e suas apropriações teóricas na contemporaneidade

Atualmente, o Serviço Social defende em seu projeto ético-político o desenvolvimento da perspectiva da Teoria Social Crítica, já referenciada no item anterior, tendo no Marxismo a ortodoxia do método materialismo histórico e dialético enquanto forma de identificar as essências da realidade a ser conhecida e a receber a intervenção. Compreendemos e defendemos que, de acordo com o método, a realidade sempre se apresenta na superficialidade da aparência e necessita de aprofundamento para ser analisada conforme sua realidade e em relação com a

totalidade social que a determina.

Apesar de não ser nossa intenção neste artigo discutir o método em Marx, ainda que em seus conceitos principais, torna-se importante não apenas como uma influência no Serviço Social crítico, mas também como uma necessidade de análise que a empiria nos revelou. Vejamos as análises sobre o tema.

A teoria crítica começa igualmente com determinações abstratas; [...] Os conceitos que surgem em seu início, tais como mercadoria, valor, dinheiro, podem funcionar com conceitos genéricos pelo fato de considerar as relações na vida social concreta como relações de troca, e de se referir aos bens a partir de seu caráter de mercadoria. Mas a teoria não se exaure pelo simples fato de relacionar os conceitos com a realidade pela mediação de hipóteses (Horkheimer, 1975, p. 150).

Horkheimer (1975) afirma que, como tradição da Teoria Social Crítica, a formação teórica não deve ser desenvolvida na imediaticidade, em sua forma genérica, mas que está envolta nas relações sociais estabelecidas na realidade que é composta de mediações. Ou seja, para a Teoria Social Crítica é necessário que se estabeleça o conhecimento sobre as mediações para que se compreenda e se analise a realidade. Na profissão, o método se apresenta na formação profissional como estratégia de interpretar a realidade para que se possa realizar a intervenção. Assim, caso o profissional não realize a mediação da realidade em que vai intervir, ele não alcança o objetivo do seu trabalho diante do que se propõe com o projeto profissional, uma vez que "[...] O pensamento meramente registrador vê unicamente sequências de aparências, mas nunca forças e antiferças, o que sem dúvida não é obra da natureza, mas é o próprio desse tipo de pensamento" (Horkheimer, 1975, p. 154).

Se, comprovadamente, é a materialidade que define os fenômenos sociais, a totalidade sempre vai revelar a influência estrutural que particulariza a conjuntura na singularidade dos problemas estudados e atendidos pelos assistentes sociais, por isso, a ortodoxia do método. Toda realidade é socialmente determinada por esta estrutura social, "[...] a relação entre as determinações gerais

da produção, num dado grau social, e as formas particulares da produção" (Marx, 1859, p. 105). Cada forma de produção gera, materialmente, produções e reproduções sociais próprias.

O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na mediada em que o cérebro não se comporta-se não especulativamente, teoricamente (Marx, 1859, p. 117).

As formas de compreensão determinadas pela realidade social no campo particular são de ordem da consciência, uma vez que a realidade aparece de forma caótica e, somente o aprofundamento do conhecimento é que permite que se organize um método de exposição racionalmente compreensível. O cérebro (razão) apreende a realidade que é produto de determinações reflexivas e ontológicas e, a partir desta apreensão, pode definir teoricamente as formas sociais reais dos fenômenos sociais.

[...] as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada (Marx, 1859, p. 118).

As relações subordinadas entre o concreto mais desenvolvido e o pouco desenvolvido se expressam no movimento da realidade e sua contradição. Se não enxergamos as contradições, facilmente defenderemos a dicotomia entre teoria e prática, uma vez que não é possível compreender nem a realidade dos sujeitos atendidos, nem da profissão. Através do método entende-se que há determinações para todos os fenômenos sociais existentes na realidade e que todas elas são materialmente determinadas. "[...] A consciência da teoria crítica se baseia no fato de que, apesar das mudanças da sociedade, permanece a sua estrutura econômica fundamental [...]" (Horkhei-

mer, 1975, p. 157).

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico e todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser (Marx, 1859, p. 121).

A particularidade, nomeada como "éter especial" por revelar o modo de ser dos fenômenos, define a realidade concreta (real) como socialmente determinada e, por isso, contraditória e dialética. Não há possibilidade de compreendê-la deixando de lado a apreensão histórica em seu ir e vir fluido. Quando se apreende este movimento do concreto caótico, é possível organizá-lo racionalmente para uma análise e intervenção. Nela se identificam as mediações reflexivas, porque foram fruto do trabalho do pensamento, e ontológicas, porque são inerentes ao ser e sua realidade material (Pontes, 2008). A partir de então é possível analisar o que determina tal realidade e, ainda, de que forma estas determinações são mediadas.

Em contrapartida a esse movimento, evidencia-se, atualmente no Serviço Social, um processo de mistificação e crítica a todo o desenvolvimento das teorias sociais desenvolvidas na modernidade que se apresenta como uma nova forma de identificar o real nas nuances que as teorias sociais modernas, supostamente, não conseguem. Este movimento é conhecido na literatura do Serviço Social como pós-modernidade ou neoconservadorismo.

Sobre as consequências da pós-modernidade no debate do Serviço Social, a análise de Santos (2007) é importante para dialogar enquanto particularidade de um movimento que, como já foi mencionado, faz parte de um processo global que atinge as ciências, a cultura, a linguagem e outras diversas formas de expressão da vida social. O debate da autora inicia no contexto histórico do Serviço Social da década de 1990 e suas refrações dos períodos anteriores, principalmente na vertente defendida ainda nas décadas de 1970

e 1980 que apontava uma intenção de ruptura com as matrizes de pensamento conservadoras que a profissão defendia até então.

Para Santos (2007) houve, na profissão, o reconhecimento de que o movimento de intenção de ruptura, arcabouço para o movimento de Reconceituação do Serviço Social Brasileiro, seria hegemônico. Porém, "[...] o que parece ter ocorrido foi uma intimidação das demais concepções presentes no terreno profissional – em especial, do conservadorismo [...]" (Santos, 2007, p. 10). Ela faz esta reflexão por reconhecer que a profissão foi gestada no seio do conservadorismo e, por muito tempo, foi funcional a este modelo. Então, a superação destas bases não seria e não será um processo unívoco, principalmente, quando a onda conservadora ainda se apropria das formas de reprodução social como um todo.

Para Santos (2007), a profissão a partir da década de 1990 pretende deixar de lado as influências conservadoras, mas ainda convive com os padrões do sincretismo e do corpo "ideo-teórico" eclético que faz "moda" nas Ciências Sociais em geral. A partir desse período, também advém no âmbito profissional, não por acaso, a onda contrária ao desenvolvimento do marxismo enquanto teoria proposta ao conhecimento e intervenção profissional pós-reconceituação e trava uma batalha buscando resistir teórica e culturalmente à razão dialética e ao marxismo. Porém, ainda de acordo com a autora, o marxismo foi sendo apropriado, inicialmente, de forma equivocada, pois o que era lido era a tradição política a partir da militância, que configura apenas um dos eixos da vertente.

Esta inserção da Teoria Social de Marx na profissão anunciou posturas fatalistas, posições messiânicas e moralistas que reduziam a visão sobre classes ao bem e mal (Santos, 2007). Portanto, a apropriação política da intenção de ruptura foi importante, mas incompleta. "[...] pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada de uma ruptura teórica com essa herança conservadora" (Quiroga *apud* Santos, 2007, p. 75).

A partir da intenção de ruptura houve a apro-

priação epistemológica do marxismo que instituiu grandes defesas do nosso Projeto Profissional, como o pluralismo, a revisão do currículo mínimo da formação, a identificação da identidade entre teoria e prática, a noção ontológica do ser social e as concepções de hegemonia, sociedade civil e bloco histórico com o aprofundamento em Gramsci. Este aprofundamento na tradição marxista aprofundou "[...] a concepção da profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho capitalista e do seu objeto como sendo as diversas expressões da 'questão social' no capitalismo dos monopólios" (Santos, 2007, p. 79).

[...] pensamento crítico de esquerda se converteram à ordem. Entretanto, o peso da vertente crítico-dialética no debate do Serviço Social ainda tem muito dessa credibilidade conquistada na década anterior e ao longo mesmo dos anos 1990. Essa variável faz com que as críticas ao marxismo, na maior parte das vezes, inspirem, no mínimo, cautela não só aos historicamente opositores dessa vertente, mas, sobretudo, àqueles que construíram sua trajetória intelectual no interior da mesma e agora parecem sinalizar uma adesão à pós-modernidade (Santos, 2007, p. 98).

O foco da crítica pós-moderna é o marxismo. A defesa principal é que a Teoria Social Crítica, assim como todo movimento moderno, não conseguiu cumprir sua promessa de emancipação humana e é generalista, determinista e economicista. Os pós-modernos valorizam as micro dimensões da vida e acreditam que o marxismo não consegue visualizá-las. Para Santos (2007), os autores do Serviço Social que justificam as vertentes conservadoras têm dois direcionamentos de análise: primeiramente, criticam veementemente o marxismo ou criticam de forma velada, pois todos já defenderam, em algum momento, a Teoria Social Crítica. "[...] Em ambos os grupos, a retórica pós-moderna opera como um componente atualizador de traços do conservadorismo profissional e instrumentaliza o investimento de deslegitimação da direção social estratégica fundada na razão dialética" (Santos, 2007, p. 14).

Uma análise muito importante é a justificativa histórica para a defesa da pós-modernidade. Esta ideologia tem o papel de desenvolver as ideias

capitalistas para legitimar o sistema diante de sua crise estrutural, por isso, ataca com veemência qualquer proposição contrária.

[...] a crise do regime de acumulação capitalista do pós-guerra e seu correspondente modo de regulação [...] o capitalismo vive uma de suas mais agudas crises do ponto de vista produtivo e, paradoxalmente, o seu momento de maior hegemonia ideocultural (Santos, 2007, p. 13).

Na literatura do Serviço Social, Santos (2007) destaca que se identifica esta corrente a partir da revisão curricular sob a justificativa da "crise de paradigmas" – que, por sua vez, adentrou no debate profissional tardiamente, pois já vinha ocorrendo em outras ciências.

As teorias sociais são funcionais à reprodução social quando deixam de ser a justificativa para resistência. Por isso, a nitida opção por destruir o avanço do marxismo no Serviço Social como forma de desenvolver superficialidade e eliminar as visões que pensam as transformações societárias, a universalidade, a totalidade. Para a pós-modernidade é importante que se anuncie a inexpressividade das metanarrativas, uma vez que elas estimulam a transformação social e negam o que o conservadorismo quer naturalizar. É importante refletir sobre uma afirmação de Santos (2007) de que o conservadorismo não é senso comum. Que, no Serviço Social, se busca estrategicamente estimular o "desencantamento" com o marxismo.

"A abordagem desse embate, não padecendo de neutralidade tem intencionalidade e o Projeto Ético-Político é uma conquista diante da tradição 'consensualista' ou 'homogeneizadora'. Por isso é estrategicamente atacado." (Santos, 2007, p. 112). Suas defesas retomam a tradição e o costume, a ordem social e institucional, a exaltação da família tradicional, do voluntariado, dos padrões religiosos, da hierarquia. Tudo isso, como forma de tentar se contrapor ao projeto ético-político e evidenciar uma pseudoseparação dos objetivos da profissão na contemporaneidade daqueles defendidos no referido projeto.

[...] o pensamento conservador é um dos referenciais possíveis para fundamentar o exer-

cício profissional, mas apenas um dos e não o único. Isso porque a mediação do mercado de trabalho que expõe o serviço Social às contradições da sociabilidade burguesa o expõe a outras demandas portadoras de uma legitimidade própria, para a qual o pensamento conservador é inepto por razões diversas, mas principalmente pela sua filiação teórica, que obscurece [...] os aspectos ontológicos do ser social (Santos, 2007, p. 56).

A submersão dos Assistentes Sociais ao mercado de trabalho expõe os profissionais diretamente às determinações conservadoras e, muitas vezes, em suas atividades profissionais, defendem o tradicionalismo pós-moderno, psicologizam as relações sociais, fragmentam suas análises e aprofundam as críticas à intenção de ruptura indo de encontro ao Projeto Profissional. Porém, para não cair na armadilha metodológica da pós-modernidade, não podemos inferir a responsabilidade deste problema apenas aos profissionais, pois reconhecemos que é um processo historicamente estrutural ao capital e que atinge a todos os âmbitos das relações sociais.

Assim, enquanto a demanda que o sustenta existir; o conservadorismo estará presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando-se para responder adequadamente às requisições que lhes são formuladas. Ele é uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o que não quer dizer que seja a única. O papel da perspectiva crítico-dialética nesse sentido é aprofundar as fragilidades do projeto conservador desenvolvendo a outra legitimidade igualmente constitutiva do tecido profissional, mas isso não elimina a sua oponente não nestas condições históricas, cujos limites estão circunscritos à ordem burguesa. Arrogar-se essa tarefa é reforçar o messianismo não raras vezes reiterando na história profissional, desconsiderando o quadro atual de hegemonia ideológica do capital (Santos, 2007, p. 58).

O conservadorismo é um elemento coexistente na cultura profissional. O sincretismo e o eclétismo são frutos do período da decadência. E tudo o que vier a ser consequência desse período é fundamento da tentativa de angariar aceitação para este movimento: a divisão intelectual do trabalho, o exército assistencial de reserva, a extrema especialização e fragmentação dos espaços sócio-ocupacionais e as visões endógenas da profissão que trazem aspectos conservadores

que vão ganhando espaço e tornam-se preocupantes na medida em que não demonstram as contradições como a busca incessante em tornar o Serviço Social ciência, a forma metodológica de posicionar a profissão como mera receptora de informações de outras ciências e a incorporação destas informações sem criticidade. A defesa neoconservadora contrária ao marxismo traz consequências sérias para a compreensão e a atuação dos assistentes sociais, dentre elas Silveira Junior (2016) elenca:

[...] a aceitação da imediatividade dos fenômenos sociais, preferência pela superficialidade, recusa da categoria da totalidade, entronização do ecletismo como canon metodológico, pluralidade metodológica, elevação do peso do relativismo, semiologização da realidade social, dimensões simbólicas na vida social, pura discursividade, capitulação ao presente, rejeição da possibilidade de superação revolucionária do atual estado de coisas e presente como única realidade (Silveira Junior, 2016, p. 173).

Um dos maiores exemplos desse processo é o trabalho dos assistentes sociais nas diversas Políticas Públicas que, também como fruto desse processo, tornam-se cada vez mais isoladas e isolam também as atividades dos assistentes sociais bem como exigem sua polivalência enquanto processo resultante de uma nova organização social. Além disso, tendências à setorização de atividades de Políticas Públicas e da atuação do Serviço Social, com tendências à visualização isolada dos problemas sociais são marcas do desenvolvimento da pós-modernidade.

Para Silveira Junior (2016) a pós-modernidade empobrece a prática e a articulação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa instituída e defendida pelo Projeto Profissional. E traz à tona uma reflexão importante: no Serviço Social há uma falsa hegemonia da intenção de ruptura, uma vez que não há um debate explícito entre os defensores da corrente pós-moderna e do marxismo na profissão. Constatação essa também ratificada por Santos (2007). Isso nos faz pensar a necessidade de, através de todos os meios profissionais, esclarecer este debate e, principalmente, munir os assistentes sociais em todos os âmbitos para reconhecer e não defen-

der mais posições pós-modernas, levando em consideração ainda que há mistificações entre as defesas da pós-modernidade que ganham destaque na profissão.

2.1 Implicações contemporâneas do debate teórico no Serviço Social na Região Metropolitana de Belém

Para realizar a demonstração empírica da atualidade deste debate, incorporamos em nossa análise algumas falas extraídas da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada "Formação profissional em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém - Pará: estudo da implantação das Diretrizes Curriculares de 2002 e seus impactos na qualidade da formação do Assistente Social". A fase da coleta de dados ocorreu no ano de 2015. O material foi sistematizado em 2016 e o relatório foi aprovado e apresentado à Faculdade de Serviço Social (UFPA) em 2017.

Esta pesquisa tem como objetivo geral "analisar a qualidade teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa dos assistentes sociais formados sob as Diretrizes Curriculares de 2002 e que atuam na Região Metropolitana de Belém do Pará" (Relatório GEPSS, 2017). Para isso, os dados qualitativos foram extraídos de entrevistas com profissionais formados sob a égide das novas Diretrizes Curriculares estabelecidas pela UFPA e por universidades particulares presenciais e a distância.

A publicidade das falas está autorizada através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes, com autorização expressa para utilização científica. O que, obviamente, não implica na publicização de informações pessoais dos entrevistados. Selecionamos extratos de falas de cinco entrevistados do total que aceitaram participar da pesquisa de campo. Neste artigo, estes estão organizados anonimamente, por números. A Assistente Social 1 é formada pela UFPA e atua na assistência estudantil; a Assistente Social 2 é formada pela

UFPA e atua na Saúde; a Assistente Social 3 é formada pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e atua na área da saúde; a Assistente Social 4 é formada por uma faculdade a distância e atua na Assistência Social; e o Assistente Social 5 é formado pela UFPA e, na época da entrevista, atuava na Assistência Social. É importante ressaltar que temos autorização do coordenador do grupo, enquanto membro do grupo de estudos e pesquisas, para utilizar as informações em nossas produções científicas.

Dentre tanto material, extraímos algumas falas dos assistentes sociais entrevistados que nos fazem refletir sobre o contexto de apropriação neoconservadora e sua sutileza nas análises profissionais da realidade. E ratificam a necessidade de um debate aprofundado e persistente entre toda categoria profissional brasileira. Iniciemos com trechos da fala das Assistentes Sociais 1 e 2.

Então a importância do Serviço Social é pra identificar, né? Esses alunos, que geralmente não veem de uma demanda espontânea, que geralmente você vai identificar com visitas que você realiza, com itinerantes nos campis, então eu acho que é, uma profissão fundamental dentro da assistência estudantil, porque se não tivesse Serviço Social como que seria, como você iria identificar aquele aluno que está em estado de vulnerabilidade, seja econômica, seja social, seja emocional?

O aluno vem em busca de uma orientação. Como ele faz pra ele se inscrever no auxílio permanência, como ele pode adquirir aquele edital, como ele pode conhecer, de fato, a política de assistência e como ele pode acessar? [...]

Depois do aluno inscrito no site, identifica se ele tem ou não o perfil e aí orienta os alunos a conhecer a política de assistência estudantil e outras políticas de atendimento à saúde, previdência, habitação.

Fazemos visita domiciliar a casa do aluno, entrevista, orientação.

[...] Você não vai de cunho investigativo na casa do aluno, você vai fazer uma visita pra você conhecer a realidade em que ele está inserido, né? E poder orientar, não só quais são as políticas de assistência estudantil que a universidade pode dar suporte dentro, mas, a outras políticas que se têm uma receptividade de política de atendimento da saúde, bora orientar, bora encaminhar, previdência, habitação (Assistente Social 1, informação verbal).

Neste trecho, avaliamos que a profissional tem consciência sobre o papel dela na instituição, rei-

tera a necessidade de buscar conhecer a realidade dos sujeitos que atende, utiliza de conceitos de vulnerabilidade, ainda que não defina sob quais bases ela o pensa. O que nos preocupa é que ao tratar sobre seu fazer profissional não há articulação com a noção do sucateamento e seletividade das Políticas Públicas com as quais atuamos, a desregulamentação dos direitos sociais de uma forma geral, em especial, na educação, que é o espaço socioinstitucional da entrevistada e, ainda, a extrema divulgação das possibilidades da profissão no âmbito da instituição. O que nos remete à defesa da ordem social institucional da sociabilidade burguesa já evidenciada nos itens anteriores por Santos (2007).

Nem sempre dá certo, mas a gente tenta atender de uma forma crítica, a forma mais crítica possível, tentando analisar o usuário na sua totalidade. Então a pessoa chega por uma situação de saúde, mas ao mesmo tempo tu já vê uma violação na área da assistência, uma violação na área da previdência e na medida do possível a gente tenta dar essas orientações. Claro que eu não tenho domínio de todas as áreas, mas o que eu posso fazer de orientação naquele momento e está encaminhando pro local e orientar melhor. Eu procuro encaminhar. [...]

É um caso complicado que a gente ainda não conseguiu resolver e eu acredito que a gente não vá conseguir. É uma idosa, a gente não conseguiu definir a idade dela porque na certidão de nascimento não condiz com a idade aparente dela. Ela mora sozinha, é deficiente auditiva, muito braba. Então toda orientação que tu faz pra ela, ela não aceita. [...] Já foi feito visita domiciliar. Já foi feito encaminhamento pro Ministério Público, pra delegacia do idoso, mas essa idosa continua na Unidade. Não aceita em hipótese nenhuma algum tipo de instituição de longa permanência. [...]

Ela tem o dinheiro dela, mas a gente observou que ela compra o remédio e não toma. Ela mora sozinha em um quatinho alugado em cima de um monte de lama, com alimentação ela se vira, tem lá um fogão do jeito dela. É uma situação preocupante em que as instâncias já foram acionadas e o que nos resta é dar o acompanhamento na unidade, porque nós não temos mais o que fazer. Nós estamos realmente de mãos atadas (Assistente Social 2, informação verbal).

É importante considerar que a profissional inicia sua resposta com a afirmação que tenta ser crítica, defendendo os direcionamentos da intenção de ruptura, porém, quando visualizamos

o restante da fala, complementa a análise anterior sobre a necessidade de aprofundar os debates e as reflexões das profissionais no momento de identificar e atender suas demandas. É nitido o conhecimento crítico da profissional sobre a situação das Políticas Sociais que afetam diretamente os relacionamentos familiares. Porém, ainda percebemos, tão sutilmente quanto o discurso neoconservador, análises focalizadas da realidade social da família, de forma individualizada, o fortalecimento das respostas institucionais e o limite de análise dentro do contexto do que o Estado oferece, reafirmando as reflexões de Santos (2007), Silveira Junior (2016) e Wood (1999).

A necessidade do debate sobre o método se fez presente em nossa avaliação em decorrência da identificação de que há o reconhecimento dos profissionais sobre a ortodoxia do método (Lukács, 2010) no Serviço Social, porém, as visões ainda são padronizadoras, como uma "camisa de força", associando-se ao discurso mistificador da pós-modernidade.

A gente trabalha com históricos gerais, que é da nossa prática, o que é, do método que mais se aproxima da nossa realidade. Porque, às vezes, a gente fala assim: "Ah! Eu praticamente sou materialista histórico-dialético, neste conteúdo". Porque eu não posso ser um dia funcionalista, um dia eu vou centrar no Marx... Não! Você vai ter que refletir (Assistente Social 3, informação verbal).

Na fala da entrevistada, visualizamos o quanto a absorção da Teoria Social Crítica ainda precisa ser fortalecida em sua totalidade no debate profissional. Percebemos que apenas algumas categorias do método são apropriadas de forma individual, o que deixa de lado as categorias totalidade, suas dimensões reflexivas e ontológicas na compreensão e na atuação profissional. Isto contribui para a divulgação das ideias pós-modernas no âmbito profissional. Soma-se a isto a necessidade de se pensar a apreensão do conhecimento teórico enquanto parte estruturante da fundamentação profissional, o que ainda se confunde na visão dos assistentes sociais apenas com a legislação, conforme podemos identificar na afirmação "Eu me baseio em todas as legisla-

ções referente ao SUS, à Saúde Mental mesmo, mas também referente ao que a gente aprende na academia. O meu referencial teórico é marxista" (Assistente Social 4, informação verbal).

É, a participação deles é mínima. Eles só participam quando acontece alguma coisa com eles, né?

Então, agora a gente vai ter o fórum... é, a jornada de extensão, todo ano tem. Então, esses são os únicos espaços que eles têm para conhecer, quem não conhece, não ler, não sei, tem uma dificuldade com o edital, não lê, como acontece a rotina (Assistente Social 1, informação verbal).

Esta fala trata sobre o tema "Participação". Nela ratificamos a afirmação que, muitas vezes, defendemos o discurso institucional na medida em que não visualizamos uma afirmação na fala da profissional sobre a participação nem como proposta política nem como instrumento do capital. Ou seja, o debate sobre participação entre os profissionais deve ser esclarecido enquanto estratégia do estado burguês, pois ainda defendemos nas instituições a participação de forma superficial, desqualificando a compreensão dialética que envolve a categoria.

Outra preocupação apontada na pesquisa revela a urgência em se debater com muito mais frequência a unidade teoria-prática, pois nossa entrevistada apresenta uma análise muito comum de ser verificada nos debates profissionais e, além de evidenciar um alicerce no discurso neoconservador, por meio do relativismo já discutido por Netto (1994) neste artigo, que não traz elementos de que a profissional está compreendendo a relação enquanto parte do método ou enquanto *práxis* (Lukács, 2010).

Na prática? Tu fizesse uma boa pergunta viu? Porque realmente, né? A teoria te norteia, nesse processo da prática, se tu não tiver os dois, tu não consegue vivenciar, então assim, hoje eu estou como diretora então eu já tive uma longa história antes e, se eu for te contar a gente não vai terminar hoje, mas que me ajudou bastante nesse processo, mas os livros, a teoria e a prática, sem dúvida nenhuma, elas tem que caminhar sempre juntas e, através da teoria eu consigo levar pra prática tudo o que eu aprendi. Claro que a gente não é perfeito eu na verdade, como sou diretora, eu fico muito na parte burocrática, mas aí eu não deixo isso me

contaminar, procuro sempre tá buscando que aquilo não me contamine, eu tento caminhar, também, para o outro lado (Assistente Social 4, informação verbal).

Além de não demonstrar uma compreensão desta relação (teoria-prática), identificamos que esta profissional nos dá a entender que a teoria é uma imposição para a atuação e, ainda, que depende do cargo ocupado pelo profissional a proximidade ou não do debate, consequências da introdução do pensamento neoconservador em algumas formações, em especial, as aligeiradas como as da profissional em questão. A lógica messiânica e tecnicista da profissão também aparece como outro aspecto a ser analisado:

[...] e o Serviço Social ele entra nessa busca, né? de ajudá-los nessas necessidades, de poder fazer com que as suas necessidades sejam viabilizadas através do Serviço Social, e são muitas, muitas mesmo (Assistente Social 3, informação verbal).

A gente atendia muito BPC e também benefícios eventuais, muito, a grande demanda era essa. Mas como era básica, né?! A gente atendia situações de bolsa família, até mesmo, atendimento social, já mesmo visando outros benefícios. Mas na maioria das vezes era BPC e benefícios eventuais. [...] Assim, a gente fazia o atendimento, né?! O acolhimento, primeiro o atendimento, identificava as demandas. Posteriormente, a gente fazia o relatório, um parecer. No caso do benefício eventual, a gente faz o relatório, logo depois a gente faz o parecer, encaminha pra secretaria e lá eles fazem a liberação do benefício. Do BPC, porque como está meio... meio até conflituoso essa questão do BPC dentro da Política de Assistência. Porque a gente fazia o recebimento da demanda, né?! A gente registava no nosso sistema que era manual, nada informatizado, a gente fazia a ficha cadastral da família e informava... fazia o agendamento do atendimento dela no INSS, e nesse agendamento, ela já ia levando lá do CRAS as fichas que eu preciso pra dar entrada no benefício. E a gente que fazia o preenchimento. Devidos essas pessoas serem de baixa renda, elas tinham, como é que eu posso dizer... pouca informação, até pra preencher um formulário. Então a gente fazia isso. A gente fazia tipo uma entrevista, né?! E de acordo com a entrevista a gente ia preenchendo os formulários. Que no caso, não seria nossa função ali preencher esse formulário. Mas a gente fazia ela realidade. Muitos municípios acontecem assim também, porque as técnicas do INSS não querem fazer esse preenchimento e como as pessoas tem muita dificuldade, hoje no ano de 2017, foi... de 2016

pra 17, mudou esse formulário, ele ficou bem mais simples. Eu acho que agora as famílias vão começar a ter uma... melhor entendimento dele e fazer o preenchimento pra elas. Mas antes era um formulário até mesmo um pouco complicado, eram três formulários. Dependendo da família isso ia aumentando, poderia aumentar, poderia diminuir. Então, a gente fazia isso. E dos benefícios eventuais também, basicamente a mesma coisa, só mudava que a gente fazia o encaminhamento pra gestão (Assistente Social 4, informação verbal).

Quando Santos (2007) afirma que o conservadorismo é marca presente na história profissional, pois a profissão não está desconexa da realidade social como um todo, podemos ler claramente essa influência nas falas acima. Ainda que a intenção de ruptura tenha contribuído significativamente com a inserção da Teoria Social Crítica no Serviço Social, ainda convivemos em contrapartida com as visões institucionalizantes, individualistas, tecnicistas, psicologizante, obscuras (Hokheimer, 1975), isoladas, endógenas e frágeis como já apontava Wood (1999) e Santos (2007).

Porém, a pesquisa apontou também evoluções significativas para a profissão quando levantado sobre o processo de formação profissional:

Eu costumo dizer que a graduação te ensina a ir, onde encontrar as coisas. Devido ser muito generalista, eu avalio a formação, tu acabas não tendo aquela segurança na hora do trabalho. Ainda que tu participes de estágio, eu participei na área da reforma urbana, ali era onde eu tinha mais segurança pra atuar, mas não foi onde eu fui trabalhar, então, eu tive muita dúvida a esse respeito e depois de um certo tempo eu consegui entender que a minha formação me deu as ferramentas que eu preciso pra trabalhar porque me ensinou onde ir buscar as coisas. Onde ir buscar determinado instrumento, conceito. Então, isso pra mim foi importante (Assistente Social 5, informação verbal).

Esta fala revela uma reflexão interessante. Primeiramente, compreende a formação como uma forma de iniciar os debates e os conhecimentos sobre a realidade. Reconhece a necessidade de formação continuada para ultrapassar as visões pragmáticas e para compreender de fato o movimento da sociedade. O que, na batalha das ideias (Coutinho, 2010), significa um fio condutor importante para o fortalecimento da intenção

de ruptura.

Todos os referenciais que eu uso são os que eu recebi na minha formação. Principalmente na área de Política Social eu lembro muito da Elaine Behring, da Ivanete Boschetti, que escreve muito sobre Política Social. Eu tenho lido alguns textos da Iolanda Guerra que ela fala da instrumentalidade do Serviço Social porque uma das dúvidas quando tu estais trabalhando tu te pergunta qual é o meu papel? O que que é o assistente social? Diferente pra mim de um médico que trabalha sobre a doença, do advogado que trabalha sobre a lei, o assistente social ele tem um campo de interseção muito amplo e isso faz com que as vezes tu te questione: ah, mas o que definitivamente é do Serviço Social? E a Iolanda Guerra ela vai falar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, ela vai dizer que o Serviço Social ele constrói a sua prática fazendo, objetivando seus objetivos, é até redundante, mas é isso mesmo, toda vez que tu planejas algo e tu executas tu vais criando um campo de trabalho teu, sob o qual tu vais intervir, com o qual tu trabalhas (Assistente Social 5, informação verbal).

Nesta fala, identificamos a formação profissional como uma estratégia que, conforme é articulada, cumpre seu papel fundamental no direcionamento que a profissão deve seguir. As reflexões dos autores do Serviço Social sobre os diversos fenômenos sociais constituem uma fonte indispensável, enquanto processo de inserção e aprofundamento do debate crítico, mas não são as únicas, uma vez que não podemos cair nas armadilhas do endogenismo.

Verificamos que a pós-modernidade defende o abandono da defesa da emancipação humana, a impossibilidade de uma linguagem universal e a inexistência de legitimidade nas Ciências Sociais. Essas pautas, por sua vez, favorecem o desenvolvimento da sociedade da informação, opositora ferrenha do marxismo enquanto teoria social legítima e em vigor. Para Silveira Junior (2016), as teorias sociais neoconservadoras têm uma noção grosseira sobre o marxismo e tendem a criticá-lo sem fundamentação, com o objetivo instituído de defender a ideologia da "restauração do capital".

As críticas ao marxismo o acusam de "[...] economicista, determinista, redutor, totalitário, trajado com menosprezo à subjetividade, as singularidades, às heterogeneidades, aos processos da

consciência, etc; [...]" (Silveira Junior, 2016, p. 172).

A grande contradição desta ideologia é que há defensores da pós-modernidade que já foram adeptos da teoria marxista e, por isso, seus discursos se aproximam do cariz emblemático de problemas que também são estudados pela Teoria Social Crítica.

Infelizmente, as tendências neoconservadoras pós-modernas ganham destaque no âmbito profissional do Serviço Social por meio de algumas características que, na maioria das vezes, se apresentam de forma sutil nos debates de profissionais por meio da mercantilização da cultura, difusão de ideias individualistas, desvalorização dos ideais da esquerda, passivização de classe, institucionalização das práticas, defesa da privatização, terceirização, estímulo à competitividade e a padrões meritocráticos de trabalho.

Considerações finais

Por tudo isso, o debate irracionalismo *versus* racionalismo no Serviço Social representa o antagonismo histórico conjuntural entre os interesses existentes na sociedade. Temos que estar atentos e ter muita cautela em nossas análises uma vez que, podemos ratificar ideologias conservadoras, pragmáticas, agnósticas, apologéticas ao capital.

Sabendo que a pós-modernidade não está instituída apenas na academia, mas também na cultura, na literatura, na política e é uma forma de adensar a bestialidade, idealização e superficialidade (Lukács, 2010) dos processos sociais, se faz necessário também repensar as formas de visualização da realidade social, bem como do aprofundamento de conhecimentos sobre o método, o humanismo, o historicismo e a razão dialética na profissão.

Não podemos permitir que esta gangorra "ideo-teórica" afete a tradição crítica que estamos tentando construir sob pena de, por meio da afirmação dos discursos institucionais, elevarmos o consenso, a precarização, a superficialidade, o derrotismo político, o medo, a competição, a meritocracia e o individualismo sob as lentes do neoconservadorismo (Wood, 1999; Santos, 2007). Para isso, é necessário aprofundar os conheci-

mentos e desnudar as análises sobre a ortodoxia do método, a unidade entre teoria e prática, a intenção de ruptura em detrimento do debate isolado, fragmentado, psicologizante, tecnicista, messiânico e superficial que teima em medir forças no Serviço Social.

Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EAGLETON, Terry. De onde vem os pós-modernistas. In: FOSTER, John Bellamy; WOOD, Ellen Meiksins. *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 23-32.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIM, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 117-154. (Coleção Os Pensadores).

LUKACS, Gyorgy. Marx o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 97-150.

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. Dietz Verlag: Berlin, 1859.

NETTO, José Paulo. Razão, Ontologia e Práxis. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XV, n. 44, 1994.

PARÁ. *Relatório da Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém - Pará: estudo da implantação das Diretrizes Curriculares de 2002 e seus impactos na qualidade da formação do Assistente Social*. Belém: GEPSS/UFPA, 2017.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. A cultura Pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. *Temporalis*, Brasília, ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.

TORRETTI, Roberto. Georg Lukács, El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Traducción de Wenceslao Roces. *Revista de Ciencias Sociales*, [S. l.], p. 390-395, jul. 1960. Disponível em: <http://revistas.upr.edu/index.php/racs/article/view/9657/8028>. Acesso em: 30 jul. 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda Pós-moderna? In: FOSTER, John Bellamy; WOOD, Ellen Meiksins. *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 118-128.

Olga Tabaranã

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil. Assistente social da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e da Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA), na Prefeitura de Belém, PA, Brasil.

Endereço para correspondência

Olga Tabaranã

Rod. Augusto Montenegro, 3975, apto. 1204, torre 2B

Condominio Total Life

Tenoné, 66820-000

Belém, PA, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação da autora antes da publicação.